

## MUSEU VIRTUAL DA EDUCAÇÃO DE ANÁPOLIS

Mirza Seabra Toschi - UEG e UniEvangélica

Eliane Gonçalves Costa Anderi - UEG

Eixo 7 – Arquivos, centros de documentação, museus e educação

Para compreender a história, segundo Giroux (1990), há necessidade de recuperarmos nossas próprias vozes, de modo que possamos tornar a contá-la e, ao fazê-lo, conferimos e criticamos o que nos contaram em comparação com o que estamos vivendo e quais são os aspectos mais relevantes e quais os que precisam melhorar.

A pesquisa Museu Virtual da Educação em Anápolis objetiva construir conhecimento sobre a história da educação na cidade, divulgar esse saber em forma de textos e também virtualmente, de modo a socializar as descobertas, dar amplitude a essa divulgação ao colocá-la disponível na Internet.

Devido à restrita produção acadêmica<sup>1</sup> sobre a história da educação na cidade, optou-se por fazer um estudo que valorizasse cada dado obtido e no decorrer do percurso se poderia categorizar com base nos dados colhidos. Porém, no desenvolvimento do estudo, e também em virtude da proposta de digitalizar os materiais obtidos, tem-se buscado dados que são passíveis de se tornarem imagens no Museu Virtual (PEIXOTO, 2000 e AMORIM, 2000). Fotos, objetos, documentos, desenhos, imagens, arquitetura, se projetam como dados importantes e, de certa forma, os rumos têm-se encaminhado para isso.

Videografar relatos orais de idosos foi também uma opção metodológica, sob a orientação teórica de Alberti (2004) e Ong (2001). Já foram realizadas entrevistas com 12 ex-professores que tiveram experiência na educação básica e no ensino superior, e com o fim de escrever também a história do sindicalismo docente na cidade foram entrevistadas pessoas que são ícones do sindicalismo docente em Anápolis. Do total de entrevistados nove são do sexo feminino e três do sexo masculino com idade variando entre 46 e 91 anos. Esse universo de sujeitos tem sido denominado de “Memória Viva”.

---

<sup>1</sup> No relatório parcial desta investigação enumeram-se os estudos já realizados.

Além das entrevistas temos recolhido documentos, fotos, periódicos e objetos que são fotografados ou scaneados para em seguida serem organizados, categorizados e disponibilizados no Museu Virtual.

A decupagem das fitas está se constituindo uma grande riqueza, uma vez que, além de possibilitar o acesso à história viva da cidade, estamos criando material que é considerado fonte primária para outras pesquisas históricas. A decupagem é lenta e trabalhosa, mas já se transcreveu dez gravações ficando duas que ainda não estão concluídas e outras três filmagens/entrevistas que ainda não foram feitas<sup>2</sup>.

A cada entrevista reafirmam-se as categorias definidas em trabalho anterior, de classe social e gênero. Todavia, surgem novas categorias, claramente emergindo dos dados, que se referem às relações de poder público e educação, relações interpessoais e afetivas entre professores e alunos, a relevância atribuída para a formação profissional dos professores, os salários, que levou ao estudo da história do sindicalismo docente em Anápolis. Também é possível evidenciar nesses relatos os impactos que a construção da estrada de ferro e as políticas de massificação da educação produziram na cidade. Como ainda conhecer as influências que a transferência da capital federal para o planalto central provocou na oferta de educação e também como as novas teorias educacionais foram incorporadas às práticas educativas dos professores da cidade. Outras categorias poderão surgir com a análise das entrevistas e estabelecimento de relações entre elas.

Capela (1870), Freguesia (1873), Vila (1887), cidade (1907). Esses foram os momentos históricos vividos pela cidade, que teve forte inclinação religiosa de cunho católico na sua formação. Qual período priorizar já que muito pouco se tem pesquisado? Qual aspecto priorizar no estudo? Qual grau de ensino estudar, primário, médio ou superior? As questões eram tantas, que exigiu da equipe uma tomada de posição, que foi a de não precisar período histórico nem nível de ensino, mas deixar que as memórias dos entrevistados fossem dando a tônica da investigação.

---

<sup>2</sup> Dentre as três entrevistas que não foram realizadas, uma delas não estava prevista, pois as pesquisadores não possuíam nenhuma informação acerca do fato e durante uma das entrevistas o nome do Sr. Helio Lopes de Oliveira foi citado em função de haver exercido a função de Inspetor Federal de Educação nas escolas de educação básica e de ensino superior da cidade fato considerado importante por se tratar de uma pessoa que vivenciou a criação do ensino superior na cidade, mas na condição de representante do Ministério da Educação, portanto, com uma visão diferente dos outros entrevistados.

Assim, os entrevistados que, em sua maioria, atuaram na educação básica, forneceram mais informações sobre esse nível de ensino, o que foi interessante uma vez que a educação básica, muita menos estudada que o ensino superior, merece ser mais investigada, para ser mais conhecida.

### **Relações de gênero e classe social – resultados e discussões**

As relações de gênero e de classe estão presentes, com bastante evidência, na história de educação de Anápolis desde o século XIX.

Em 1873, criou-se “uma aula de primeiras letras para o sexo masculino na Capela de Antas, na Freguesia de Meia Ponte”. Para essa aula foi nomeado o professor Joaquim Sebastião de Bastos. A escola feminina de primeiras letras só se dá em 1892. Logo após a criação da aula para os homens, os habitantes do arraial de Santana das Antas, em 1877, pedem a criação de escola feminina. Em despacho, o Presidente da Província assinala que “em tempo oportuno serão atendidos” (BORGES, 1975, p. 120). O ensino feminino já havia sido autorizado no país, por D. Pedro II, em 1827 (BRASIL, 1827). Como seria impensável mulheres terem professores homens foi nomeada como primeira professora a educadora Maria Elisa Crispim (FERREIRA, 1981). Vale saber que para receber trimestralmente seus salários na Tesouraria Geral da Fazenda, a professora nomeou procurador, que fazia isso em nome dela. Além dos ordenados serem pagos trimestralmente, um homem era o responsável para receber em seu lugar.

Em relação às questões de classe, merece destaque a análise da instalação dos cursos noturnos. Imagina-se que isso seja criação recente na educação brasileira, mas ele existiu em Anápolis, desde 1875, há, portanto, 131 anos. Essa escola, porém, foi fechada em 1877, por falta de alunos, uma vez que os matriculados “já estavam satisfeitos com o que tinham aprendido”. Diz o ofício do Presidente da Província ao Inspetor Geral da Instrução Pública: “...fechava essa, visto estarem os alunos satisfeitos com o que aprenderam, e não ter aparecido mais nenhum, e que abrirá de novo logo que apareçam alunos” (BORGES, 1975, p. 120).

No período histórico em questão, as avaliações dos alunos eram feitas por examinadores externos. Era uma forma de avaliar o trabalho do professor, via avaliação dos alunos, como se faz atualmente com o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), sistema federal de avaliação dos alunos. Em termo de exame da escola pública da

Freguesia de Santana, nas Antas, em 1876, está expresso, após nomear os alunos e seu desempenho nas provas: “...encontrando em todos os alunos bom aproveitamento e que em vista disso se prova que o professor tenha cumprido com os seus deveres...” (BORGES, 1975, p. 119). Em outro termo, de 1874, está expresso que o professor justificou a aprovação de apenas cinco alunos entre os 23 alunos que fizeram as provas, da seguinte forma:

Segundo informa o professor, não foi possível apresentar melhor resultado por causa da muita falta de frequência da maior parte dos alunos adultos, que, diz o mesmo professor, são ocupados por seus pais no trabalho da lavoura e outros” (ibidem, p. 118).

Em outro termo de exame da escola pública, de 1875, constata-se o mesmo problema de reprovação por falta de frequência dos alunos. Nesse mesmo ano, o presidente da Província escreve ofício ao Chefe de Polícia da povoação de Antas, aprovando a abertura de uma aula noturna, a ser dirigida pelo professor Joaquim Sebastião de Bastos, que irá ensinar “todas as matérias próprias de seu magistério”, quer dizer, o professor ensinaria tudo que sabia. Ao concluir isso, o professor iria para outra localidade ensinar tudo que sabia. Embora Borges apenas apresente os documentos sem qualquer comentário sobre eles, é possível inferir daí que o fechamento da aula noturna deu-se porque o professor já tinha ensinado tudo que sabia, ou que o problema de frequência se mantinha em virtude de os alunos adultos não conseguirem conciliar trabalho e estudo, como ainda atualmente, os estudantes de cursos noturnos conseguem fazer, sem menos dificuldades. Essa última hipótese é também plausível, uma vez que pelo pequeno número de alunos a escola pública masculina é fechada em 1878. A Resolução nº 597, de 30 de outubro de 1878, diz que a reabertura da escola dependerá das finanças da Província, e “quando para isso se apresente pessoal habilitado e certeza de serem frequentados por número de discípulos marcado no respectivo Regulamento” (p. 121). Em Termo de Exame da Escola Pública de 1877, apenas 12 alunos se submetem aos exames. Vale destacar ainda que há muita troca de professores. As razões incluem deixar o magistério para cuidar dos negócios próprios, falta de formação, seguir a carreira eclesiástica, etc. Enfim, há um conjunto de fatores que levam ao fechamento da escola: falta de professores, baixa frequência dos alunos por problemas de ordem social, os quais não há como a escola resolver; exames externos que parecem ser altamente desgastantes e excludentes. Em relatório do Presidente do Estado, já no início do século 20, a frequência da escola pública era ainda pequena: 32 na escola masculina e 15 na escola feminina.

Ante a pressão dos habitantes da cidade para o restabelecimento da escola pública, o presidente da Província nomeia um professor com cargo vitalício, tendo como disponibilidade financeira – 1\$800 (hum mil e oitocentos réis) para o expediente a cumprir e 2\$000 (dois mil réis) para pagamento do aluguel, pois o professor vinha de outro local e precisava de uma casa para se estabelecer. Mesmo tendo cargo vitalício, o professor José da Silva Batista, solicita exoneração em 1889 “em virtude de afazeres particulares – negociante, farmacêutico”, etc.

Como se pode verificar pelas informações históricas apresentadas, muitos problemas antigos ainda persistem na educação da cidade.

### **Formação de professores**

Será apenas em 1925 que é criado o Instituto de Ciências e Letras para o estabelecimento do ensino secundário, com oferta de curso normal para formação de professores. Esse Curso Normal é equiparado ao oferecido pelo Estado em 1927.

Em 1931, é fundada a Escola Normal de Anápolis, com oferta de formação em nível secundário. Com a criação da Escola Normal o Instituto de Ciências e Letras é fechado. Vale informar que o Instituto não tinha prédio próprio e funcionava na casa da professora Maria Elisa Crispim.

Destaque-se a importância da criação de escolas de nível secundário na cidade<sup>3</sup>, uma vez que, embora o curso primário fosse elitista, o secundário o era muito mais, visto que, por não ser oferecido na cidade, fazia com que apenas as famílias mais abastadas pudessem enviar seus filhos para estudar em outras cidades que tinham internato, como a cidade de Bonfim, atualmente Silvânia, que já foi considerada a Atenas do Estado de Goiás, uma vez que para lá se dirigiam alunos de várias partes do estado, em virtude da existência na cidade de Bonfim, de escolas das Irmãs Salesianas e de padres maristas (FERREIRA, 1982).

A Escola Normal de Anápolis formou professores durante poucos anos, de 1931 a 1937. Os formandos eram cerca de três ou quatro a cada ano. Em 1935, teve apenas um

---

<sup>3</sup> Nancy Ribeiro e Silva (1975) considera uma renovação educacional em Goiás a criação do curso de nível secundário. O objetivo da Escola Normal seria “a regeneração da instrução primária” (SILVA, 1975, p. 216).

formando. Por pressão dos pais, que não queriam escola mista <sup>4</sup>para suas filhas como era a Escola Normal, os dirigentes da Congregação da Escola entregaram sua gestão à Congregação Salesiana, a fim de que as alunas pudessem ter formação religiosa. Vale acrescentar que o Manifesto dos Pioneiros de 1932 (ARANHA, 1989) propunha justamente o inverso disso, que era a desvinculação da educação pública da Igreja, que o ensino fosse laico e que fosse implementada a co-educação, isto é, a educação mista. Anápolis tinha, portanto, uma postura contrária ao que ocorria em nível nacional.

Um ano depois da criação do Instituto de Ciências e Letras, em 1926, sai o decreto nº 8.913, de 11 de fevereiro, criando o Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado.

Brasil Caiado era governador à época da instalação do Grupo Escolar e teve seu nome dado a ele. A criação dessa escola foi acompanhada da extinção das escolas isoladas. No seu primeiro ano o Grupo Escolar Brasil Caiado teve 178 alunos. Não se sabe se isso, do ponto de vista da sociedade em geral, beneficiou as camadas mais pobres da sociedade, uma vez que não se sabe quais eram as escolas isoladas e quantos alunos possuíam.

Em 1930, “após a vitória da Aliança Liberal, o Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado passou a se chamar Grupo Escolar 24 de outubro” (FERREIRA, 1982, p. 134). Também nessa época, 1932, outra escola isolada é fechada, Escola Mista Municipal, e é lotada no Grupo Escolar. É possível que esse dado possa ser início de algum estudo que descubra o que significou o fechamento das escolas isoladas para as camadas mais pobres. Essas escolas só atendiam mesmo as pessoas de famílias mais abastadas? O fechamento delas prejudicou os moradores de bairros mais afastados? Onde essas escolas estavam instaladas? Esses questionamentos são suscitados pelo que as políticas educacionais da década de 1990 fizeram. As escolas multisseriadas, por serem mais custosas ao Estado, foram extintas e os alunos são enviados, via transporte escolar diário, para escolas que congregam alunos das escolas fechadas. Essa decisão gerencial não leva em conta as dificuldades dos alunos que ficam muito tempo em transporte escolar, a falta de conservação dos veículos que fazem o transporte delas, como ainda pelo cansaço que é imposto a essas crianças de estarem distantes do local onde residem em grande parte do dia, dos riscos que correm.

Retomando a história do primeiro Grupo Escolar, novamente, em 1945, ele muda de nome e de prédio, por já não comportar o quantitativo de alunos que aumentava ano a

---

<sup>4</sup> Além de sentarem-se separados dos meninos na sala de aula, “às alunas se proibia a permanência no pátio, recolhendo-se todas na sala do Chefe de Disciplina” (SILVA, 1975, p. 227).

ano, e passa a se chamar Grupo Escolar Antensina Santana, denominação que mantém até hoje, com oferecimento das quatro últimas séries do Ensino Fundamental e dos três anos do Ensino Médio.

O currículo utilizado nas escolas de primeiras letras masculina, que corresponde hoje, à alfabetização, era diferente do definido para a escola feminina. A escola masculina conforme afirmações de Borges (1975, p. 118) deveria ensinar “a leitura, doutrina cristã, primeira operação de aritmética e a escrita de bastardinho”, ou seja, as letras de forma.

Para a escola feminina, não era necessário ensinar as noções de geometria e aritmética. Para elas, o ensino se limitaria às quatro operações, mas, deveria abordar as prendas que serviam à economia doméstica, conforme determinava na Lei Imperial de 15/10/ 1827, art. 12, que oficializou o ensino feminino no país. O dia dos professores é comemorado em 15 de outubro por causa dessa lei.

As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só às suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º.

A falta de professor se coloca como um problema desde o século XIX, marcando as escolas com uma grande rotatividade, chegando a ponto de se suspender o funcionamento de uma delas por falta de professor. Essa rotatividade é motivada em grande parte pelas condições de trabalho e/ou de salário. Houve professores que abandonaram a profissão e outros que deixaram de lecionar em Anápolis optando por exercer a docência em outra cidade.

A formação de professores em nível superior somente vai acontecer em 1960, quando a Associação Educativa Evangélica cria a Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão, com os cursos de Pedagogia, Letras, Matemática, História e Geografia.

Em 12 de dezembro de 1964 ocorre a solenidade de colação de grau da primeira turma de licenciados em Letras e em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão. As duas turmas eram constituídas de 6 alunos, 4 do curso de Letras e 2 do curso de Pedagogia.

A Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis cria seus primeiros cursos de formação de professores em 1986, com a instalação dos cursos de Licenciatura curta em

História, Geografia, Ciências e Letras. O curso de Pedagogia é instalado em 1990 quando a Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis, FACEA, passa a ser a Universidade Estadual de Anápolis, UNIANA, e mais tarde em 1999 passa a ser o que hoje é a Universidade Estadual de Goiás.

### **Memória viva**

Embora todas as transcrições das videograções<sup>5</sup> não estejam concluídas, já é possível fazer inferências, mesmo que provisórias.

Entre as mulheres entrevistadas é possível identificar a relação amistosa que tinham com os alunos. Ao final das entrevistas perguntávamos sobre o que julgavam mais fundamental a um professor e as respostas sempre foram muito parecidas, reafirmando a importância de o professor ter uma boa relação com seus alunos, ser afetiva com eles. Possivelmente isso reflete o ideário de que a professora era a segunda mãe, e a escola a continuidade da família.

Levando se em conta que o modelo pedagógico era tradicional, no qual o professor era o representante do saber acumulado, ter uma boa relação com os alunos era um fator amenizador de possíveis relações autoritárias.

Quanto ao salário, elas se queixaram que é baixo e que a aposentadoria não lhes permite ter uma vida mais confortável e que dependem da ajuda dos filhos e pensões dos maridos. Contraditoriamente, porém, assinalam que a casa onde ainda residem foi adquirida com recursos do trabalho de professora.

Falam com alegria e ternura do prazer que têm em rever ex-alunos que têm alguma projeção na vida social ou que foram bem sucedidos no trabalho ou negócios próprios, demonstrando uma quase responsabilidade pessoal no sucesso deles.

Todavia lamentam a interferência político-partidária que existia na educação na primeira metade do século XX, uma vez que os professores eram escolhidos sem concurso público e, de alguma forma, ficavam em dívida com a indicação, uma vez que o cargo de professor era para poucos e a profissão tinha grande reconhecimento social.

Um dos entrevistados, porém, ressaltou que havia o reconhecimento de quem tinha feito curso normal e os nomes que tinham o curso tinham precedência na escolha que o

---

<sup>5</sup> A pesquisa tem seu término previsto para fevereiro de 2007.

governador fazia. Fazer o curso normal era, assim, garantia de ter um trabalho, independente da concepção política.

O resgate da história indica que certas utopias são possíveis. Muito foi concretizado, mas muito mais há ainda por fazer e refletir. A verdade não é um fato, mas a compreensão e a interpretação que se faz dela.

### **Referências bibliográficas**

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 2ª. ed. rev. e atual., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

AMORIM, Eliane D. Arquivos, pesquisas e as novas tecnologias. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (ORG). *Arquivos, fontes e novas, tecnologias*. Campinas, SP: Universidade São Francisco, 2000

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação*. São Paulo, Moderna, 1989.

BORGES, Humberto Crispim. *História de Anápolis*. Goiânia: Cerne, 1975.

BRASIL. Lei Imperial de 15 de outubro de 1827.

FERREIRA, Haydée Jayme. *Anápolis: sua vida, seu povo*. Brasília: Senado Federal, 1982.

GIROUX, Henry. Alfabetização e a Pedagogia do *empowerment* político. In FREIRE, Paulo e MACEDO, Donaldo. *Alfabetização Leitura do Mundo Leitura da Palavra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.15.

ONG, Walter J. *Oralidad y escritura – tecnologías de la palabra*. Traduccí de Angélica Scherp. México/DF: Fondo de Cultura Economica, 2001.

PEIXOTO, Ana Maria C. O Museu da Escola de Minas Gerais face aos desafios das novas tecnologias. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (ORG). *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questão para a história da educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. p. 75-88.

SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e. *Tradição e renovação educacional em Goiás*. Goiânia, Oriente, 1975.

TOSCHI, Mirza e RODRIGUES, Maria Emília. Infovias e Educação. *Educação e pesquisa*. São Paulo, FEUSP, v.29, n.2, 178 p., jul./dez., 2003.